



O Programa Nacional de Imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa

The Brazilian National Immunization Program and its main challenges: an integrative review

El Programa Nacional de Inmunización y los principales retos enfrentados: una revisión integrativa

Suênia Evelyn Simplicio Teixeira 

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Sobral – Ceará – Brasil

Roberlandia Evangelista Lopes Ávila 

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Sobral – Ceará – Brasil

Juliana Solon Furtado 

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral – Ceará – Brasil

Roberta Cavalcante Muniz Lira 

Universidade Federal do Ceará (UFC) – Sobral – Ceará – Brasil

Anagelma Moreira Aguiar 

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral – Ceará – Brasil

Maristela Inês Osawa Vasconcelos 

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral – Ceará – Brasil

RESUMO

Objetivo: Analisar os motivos que levam os pais e/ou responsáveis das crianças menores de cinco anos de idade a não aderirem ao calendário de vacinação e os fatores associados na redução da cobertura vacinal. **Método:** Revisão integrativa, de abordagem metodológica, realizada em outubro de 2023, por meio das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, consultando os descritores “cobertura vacinal”, “recusa de vacinação”, “criança”, “movimento contra vacinação”, “fake news” e “hesitação vacinal”. Critérios de inclusão: idiomas inglês, português e espanhol, publicado de 2018 a 2023. Critérios de exclusão: artigos duplicados, dissertação, tese ou que não atendessem os objetivos da pesquisa. **Resultado:** Foram encontradas 510 publicações, mas apenas 10 artigos atenderam aos critérios. A partir da análise crítica e interpretação do material, dividimos nas seguintes temáticas: 1) hesitação dos pais e/ou responsáveis; 2) atuação dos pais e profissionais de saúde na perspectiva da vacinação; e 3) cobertura vacinal e o retorno de doenças erradicadas. Alguns autores listaram a hesitação vacinal como um dos fatores associados às convicções morais, não concordam ou não acreditam nas vacinas, experiência anterior de eventos adversos após a vacinação, especialmente casos relatados como moderados ou graves, dentre outros. **Conclusão:** Dentre os motivos que levam os pais ou responsáveis a hesitarem vacinar os seus filhos, destacamos: a negligência; falta de informação; e medo dos efeitos colaterais graves, alicerçados aos movimentos antivacinas. Contudo, apesar de todos esses desafios, sabemos que uma cobertura vacinal efetiva é um importante aliado no controle e erradicação de inúmeras doenças imunopreveníveis.

Descritores: Cobertura vacinal; Recusa de vacinação; Criança; Movimento contra antivacina; Hesitação vacinal.

ABSTRACT

Objective: To analyze the reasons why parents and/or guardians of children under five do not adhere to the vaccination schedule and to identify factors associated with reduced vaccination coverage. **Method:** An integrative review was conducted in October 2023 using databases from the Virtual Health Library. The descriptors “vaccination coverage,” “vaccine refusal,” “child,” “anti-vaccination movement,” “fake news,” and “vaccine hesitancy” were used. Articles in English, Portuguese, and Spanish published from 2018 to 2023 were included. Articles were excluded if they were duplicates, dissertations, theses, or did not meet the research objectives. **Result:** A total of 510 publications were found, but only 10 articles met the criteria. A critical analysis and interpretation



Este artigo está publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho seja corretamente citado.

Recebido em: 04/12/2023

Aceito em: 10/12/2024

of the material led to three themes: 1) hesitancy among parents and/or guardians; 2) the role of parents and health professionals in vaccination; and 3) vaccination coverage and the return of eradicated diseases. Some authors identified vaccine hesitancy as being linked to moral convictions, disbelief in vaccines, and previous experiences with adverse events following vaccination—especially moderate or severe cases—among other factors. **Conclusion:** The reasons that lead parents or guardians to hesitate in vaccinating their children include negligence, lack of information, and fear of severe side effects, often fueled by anti-vaccine movements. Nevertheless, effective vaccination coverage remains a crucial ally in controlling and eradicating numerous vaccine-preventable diseases.

Descriptors: Vaccination coverage, Vaccination refusal, Child, Movement against vaccination, Vaccine hesitancy.

RESUMEN

Objetivo: Analizar los motivos que llevan los padres y/o responsables de los niños menores de cinco años a no adherirse al calendario de vacunación y los factores asociados en la reducción de la cobertura de vacunación. **Método:** Revisión integrativa, de enfoque metodológico, realizado en octubre de 2023, por medio de las bases de datos de la Biblioteca Virtual en Salud, consultando los descriptores “cobertura de vacunación”, “niño”, “movimiento anti-vacunación”; “fake news”; y “vacilación a la vacunación”. Criterios de inclusión: idioma inglés, portugués y español, publicado de 2018 hasta 2023. Criterios de exclusión: artículos duplicados, disertación, tesis o que no atendieran los objetivos de la investigación. **Resultado:** Fueron encontradas 510 publicaciones, pero solamente 10 artículos atendieron a los criterios. A partir del análisis crítico e interpretación del material, dividimos las siguientes temáticas: 1) vacilación de los padres y/o responsables; 2) actuación de los padres y profesionales de salud en la perspectiva de la vacunación; y 3) cobertura de la vacunación y el regreso de enfermedades erradicadas. Algunos autores listaron la vacilación de la vacunación como uno de los factores asociados a las convicciones morales, no están de acuerdo o no creen en las vacunas, experiencia anterior de eventos adversos después de la vacunación, especialmente casos informados como moderados o graves, entre otros. **Conclusión:** Entre los motivos que llevan los padres o responsables a vacilar en vacunar sus hijos, enfocamos: la negligencia; falta de información; y miedo de los efectos colaterales graves, basados en los movimientos anti-vacunas. Sin embargo, mismo con todos estos retos, sabemos que una cobertura de vacunación efectiva es un importante aliado en el control e erradicación de inúmeras enfermedades inmunoprevenibles.

Descriptores: Cobertura de vacunación; Negativa a la vacunación; Niño; Movimiento Anti-vacunación; Vacilación a la vacunación.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi inspirado na primeira campanha de vacinação em massa feita no Brasil e idealizada por Oswaldo Cruz, o fundador da saúde pública no país, que tinha como objetivo controlar a disseminação da varíola, doença que dizimou boa parte da população no Rio de Janeiro no início do século XX. O sucesso das campanhas de vacinação contra a varíola na década 1960 mostrou que a vacinação em massa tinha o poder de erradicar a doença. Assim sendo, o último caso de varíola notificado no Brasil foi em 1971, e no mundo em 1977, na Somália⁽¹⁾.

Em 1973 foi formulado o PNI, por determinação do Ministério da Saúde, com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam, até então, pela descontinuidade, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura. Em 1975, o PNI foi institucionalizado, resultante do somatório de fatores, de âmbito nacional e internacional, que convergiam para estimular e expandir a utilização de agentes imunizantes, buscando a integralidade das ações realizadas no país⁽¹⁾.

O PNI passou a coordenar, assim, as atividades de imunizações desenvolvidas, rotineiramente, na rede de serviços e, para tanto, traçou diretrizes pautadas na experiência da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP), com a prestação de serviços integrais de saúde através de sua rede própria. A legislação específica sobre imunizações e vigilância epidemiológica^(2,3) deu ênfase às atividades permanentes de vacinação e contribuiu para fortalecer, institucionalmente, o Programa⁽¹⁾. Ao longo dos anos, a atuação do PNI alcançou consideráveis avanços ao consolidar a estratégia de vacinação nacional. O êxito das ações promovidas pelo Programa contempla a eliminação da poliomielite, síndrome da rubéola congênita e do tétano neonatal. A essas, soma-se o controle de outras doenças imunopreveníveis tais como difteria, coqueluche e tétano acidental, hepatite b, meningites, febre amarela, caxumba, formas graves da tuberculose e rubéola⁽⁴⁾.

Atribui-se a sua concretização, pelo menos em parte desse sucesso, ao fato de o PNI ter seguido aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), da universalidade e equidade da atenção, bem como ao princípio organizativo de descentralização com direção única em cada esfera de governo, definidos a partir da regulamentação do SUS, pela Lei Orgânica da Saúde, de 20 de setembro de 1990⁽⁵⁾.

De acordo com o Observatório da Atenção Primária à Saúde, de 2001 a 2015, a média nacional de cobertura vacinal se manteve sempre acima dos 70%, mas, em 2016, diminuiu para 59,9% e vem caindo desde 2019, atingindo os 52,1% em 2021. Os estados com cobertura vacinal menor que as médias nacionais chegam a 59,25%, sendo Roraima o estado com menor abrangência (29,9%)⁶. Tocantins registra a maior taxa, com 61,9%⁽⁶⁾. Na região Norte, quatro dos sete estados têm cobertura na faixa dos 30%⁽⁶⁾.

A cobertura vacinal não atinge 100% das metas pretendidas desde 2016, isso é um grande desafio para a saúde pública, a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece e recomenda que ocorra em média 95% de cobertura, sendo um considerável índice para o controle e erradicação de doenças imunopreveníveis⁽⁷⁾.

Mediante o cenário existente no século XXI, no qual as pessoas estão dotadas de conhecimentos e tecnologias, ainda existem pais que optam por não imunizar seus filhos por uma série de fatores, dentre eles: as reações adversas, não garantir a proteção, optar pelo estilo de vida natural, fatores filosóficos e religiosos⁽⁸⁾. Levando em consideração o conhecimento desses pais acerca da lei e dos pontos positivos e negativos de não vacinar, seu maior temor é de enfrentar o tribunal, em vez de lidar com as consequências da (não) vacinação⁽⁸⁾.

Diante da queda nos números da vacinação² em crianças de 0 a 5 anos, e o aumento em casos de doenças transmissíveis que já haviam sido erradicadas, faz-se necessária uma investigação junto aos pais e responsáveis para entender os principais motivos que os levam a deixar de vacinar seus filhos, mesmo existindo o Decreto 78.231/76, que em seu Título II – Do Programa Nacional de Imunizações e das Vacinações de Caráter Obrigatório –, em seu artº. 29, ressalta que “É dever de todo cidadão submeter-se e os menores dos quais tenha a guarda ou responsabilidade, à vacinação obrigatória”⁽²⁾.

Pesquisa⁽⁹⁾ realizada em 82 países pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra que as taxas de vacinação têm caído significativamente devido à pandemia do novo coronavírus. Tal acontecimento repercutiu diretamente na distribuição de vacinas, ocasionando impactos nos índices mundiais de vacinação, uma vez que as medidas de prevenção à COVID-19 afetaram o sistema de vacinação em, pelo menos, 68 países, deixando cerca de 80 milhões de crianças menores de um ano em risco para contrair doenças que poderiam ser imunizadas com essas vacinas⁽⁹⁾.

Diante do exposto, justifica-se que a cobertura vacinal é um dos assuntos que tem repercutido, não só no Brasil, como também em vários outros países que apresentam baixos índices nas suas coberturas vacinais. Por isso, a relevância de compreender, os motivos que levaram os pais e/ou responsáveis ao ato de não vacinar os seus filhos. Salienta-se que são os principais desafios enfrentados por esse público, visto que foi possível identificar, em alguns momentos, motivos para a hesitação vacinal.

O estudo em questão proporcionará uma compreensão sobre os motivos e desafios para a recusa e a hesitação vacinal dos pais e/ou responsáveis, para que sejam trabalhados de maneiras mais assertiva em ações de promoção e prevenção, mantendo, assim, os índices de cobertura vacinal acima da média esperada. Entender e compreender esses motivos é de fundamental importância para que os profissionais da saúde possam pensar em estratégias para orientar a prática e manter a qualidade da assistência. Pois, a partir do momento que se percebe as causas, fica mais palpável de organizar novos processos.

Para além disso, a divulgação de estudos contribui para o aperfeiçoamento de ações e estratégias na área da saúde, com intuito de minimizar os danos causados pela não adesão à vacinação. Assim, há uma melhoria, conseqüentemente, na qualidade de vida da população, aprimorando o cuidado em saúde, alicerçado sobre práticas assistenciais atualizadas, alinhadas ao novo contexto em saúde vivenciado pelos profissionais e pela população, nos últimos anos, ocasionados pela pandemia da COVID-19.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os motivos que levam os pais e/ou responsáveis das crianças, menores de cinco anos de idade, a não aderirem ao calendário de vacinação e os fatores associados na redução da cobertura vacinal.

MÉTODO

A revisão integrativa⁽¹⁰⁾ se configura como uma abordagem metodológica, cujo objetivo é realizar o agrupamento de estudos caracterizados como experimentais e não experimentais, baseados na produção de um panorama de acordo com uma determinada temática em estudo. Dessa forma, na revisão integrativa, são necessárias algumas etapas distintas como: a identificação do tema, seleção do problema de pesquisa, elaboração dos critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos selecionados, criação das categorias dos estudos selecionados e, por fim, análise e sistematização de resultados dos estudos selecionados e apresentação da revisão do conhecimento obtido⁽¹⁰⁾.

Quanto a Etapa 1 – Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, pensando nas indicações para a pesquisa, com enfoque nos motivos da redução da cobertura vacinal nos últimos anos, bem como direcionamento para

a presente revisão integrativa como questão norteadora: “Quais os motivos que levam os pais e/ou responsáveis das crianças menores de cinco anos de idade a não aderirem ao calendário de vacinação e quais os fatores associados na redução da cobertura vacinal?”.

Por meio da revisão integrativa, foi possível analisar a produção científica sobre a vacinação nas bases de dados de 2018 a 2023, além de direcionar os resultados e discussão acerca da questão norteadora.

Na Etapa 2 – Critérios de inclusão e exclusão, foi considerado como critério de inclusão: artigos escritos na íntegra na língua portuguesa, inglesa e espanhola, artigos publicados em revistas, artigos originais/completos, artigos que se enquadravam na pergunta norteadora e artigos que tratavam acerca da temática que tivessem sido publicados no período de 2018 a 2023.

Ainda, para os critérios de exclusão foram: os artigos duplicados, artigos incompletos que não abordassem o tema pesquisado, publicações em resumo simples, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigos que não se encontrassem nas bases de dados e os estudos que não estivessem totalmente alinhados aos objetivos da pesquisa.

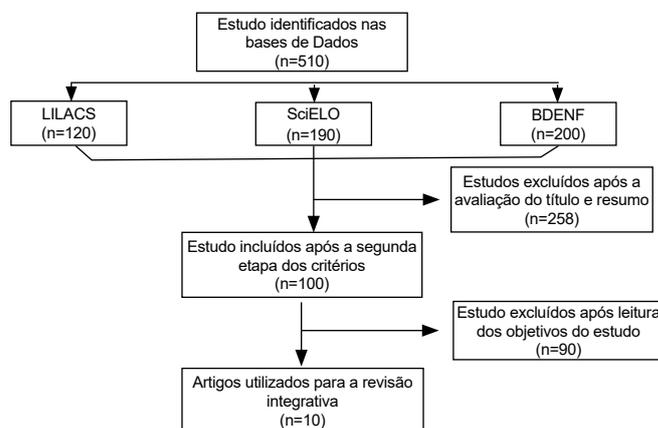
Na Etapa 3 – Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, para o levantamento dos artigos, realizou-se, pelo grupo de pesquisadores, uma busca nas seguintes bases de dados: Brasil *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), BDEF (Base de Dados de Enfermagem) via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com acesso à Base de Dados Específica da Enfermagem (BDEF), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os artigos para a revisão integrativa foram coletados no mês de outubro de 2023. Compreende-se que, no processo de busca dos materiais, o uso dos descritores é indispensável para conseguir encontrar facilmente o que se procura nas bases de dados. Por isso, utilizaram-se os seguintes descritores “cobertura vacinal”, “recusa de vacinação”, “criança”, “movimento contra vacinação”, “fake news” e “hesitação vacinal”, todos cadastrados nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Ressalta-se que na BVS utilizaram-se descritores em português, considerando também as seguintes palavras-chave: “cobertura vacinal”, “hesitação”, “recusa”, “fake news”, “antivacina”. Na língua inglesa utilizou-se os seguintes descritores: “vaccination coverage”, “hesitancy”, “vaccination refusal”, “disinformation”, “anti-vaccination movement”. Na língua espanhola foram utilizados os seguintes descritores: “cobertura de vacunación”, “vacilación a la vacunación”, “negativa a la vacunación”, “desinformación”, “movimiento anti-vacunación”.

As estratégias de busca empregadas nas bases de dados foram elaboradas a partir do operador booleano “AND” e “OR”. Desta forma, buscou-se incluir termos amplos e diferentes, tipos de combinações a fim de englobar o maior número de publicações.

O processo de seleção dos artigos para inclusão no *corpus* de análise seguiu a seguinte ordem. Na primeira etapa da pesquisa, utilizando-se os descritores, utilizaram-se 510 artigos publicados encontrados no banco de dados da BVS. Após adicionar os filtros com os critérios de inclusão, a pesquisa resultou em 252 publicações entre artigos publicados em revistas, artigos originais/completos, artigos que se enquadravam na pergunta norteadora e artigos que tratavam da temática abordada no período estabelecido de cinco anos.

Na segunda etapa, após a realização da busca nas bases de dados, procedeu-se a leitura dos títulos, descritores e resumos, selecionando-se os artigos conforme os critérios de inclusão e exclusão. Após essa etapa, realizou-se a leitura de 100 artigos na íntegra, chegando-se ao total de três artigos na SCIELO, seis artigos na BDEF e um artigo na LILACS, onde selecionaram-se 10 artigos (Figura 1) que se enquadraram nos critérios do estudo e foram capazes de fomentar uma discussão respondendo à questão norteadora.

Figura 1: Fluxograma do demonstrativo de busca nas bases de dados, com critérios de inclusão e exclusão.



Fonte: Autoras, 2023.

Quanto à categorização dos estudos selecionados (Etapa 4), os estudos incluídos foram categorizados de modo a responderem a seguinte questão: Quais foram os principais objetivos dos estudos de acordo com os autores?

A Etapa 5 corresponde às análises e interpretação dos resultados, feita nas Etapas 4 e 5 desta revisão integrativa. A Etapa 6 corresponde à apresentação da revisão/síntese do conhecimento, que inclui a compilação dos textos dos artigos.

RESULTADOS

Os estudos que foram selecionados, e que compuseram esta revisão integrativa, foram artigos completos que têm correlação com o tema em discussão. Os artigos foram organizados em uma listagem, contemplando os nomes dos autores, o ano da publicação, título, tipo de estudo e os objetivos do estudo (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição dos estudos incluídos na revisão integrativa segundo autor, ano de publicação, título, tipo de estudo, objetivo e resultados. Sobral, CE, Brasil. (2018-2023).

Autores, ano de publicação	Título	Tipo de estudo	Objetivo	Resultados
Nobre R et al., 2022 ⁽¹¹⁾	Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos	Revisão Integrativa	Revisar os efeitos da recusa/hesitação vacinal para a população de países com sistemas universais de saúde, na produção científica da área da saúde.	Permitiram entender como se dá a recusa e a hesitação vacinal em diferentes cenários, os seus efeitos e como esses motivos estão interligados entre si.
Procianoy GS et al., 2022 ⁽¹³⁾	Impacto da pandemia do COVID-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico	Estudo Ecológico	Avaliar o impacto da pandemia de COVID-19 nos valores de vacinação para as imunizações voltadas a indivíduos com menos de um ano de vida no Brasil.	O estudo demonstra que os valores registrados em 2020 foram significativamente menores, fenômeno também registrado em outros países. Portanto, mesmo não conseguindo afirmar que a pandemia de COVID-19 e as medidas de distanciamento sejam as causas da queda dos valores de imunização, podemos inferir que há uma associação.
Corrêa SMC et al., 2021 ⁽¹⁴⁾	As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura	Revisão Bibliográfica	Revisar e analisar quais as possíveis causas que levam a não adesão à imunização no Brasil.	Este constructo é de fundamental importância, pois irá prover embasamento teórico-metodológico para a comunidade acadêmica e científica sobre as possíveis motivações da recusa populacional quanto à adesão da imunização e a análise da cobertura vacinal no Brasil. Ademais, por meio da análise dos fatores que levam a população a não se vacinar, possibilitará a construção de debates que sustentem o planejamento de estratégias para impulsionar a adesão à imunização.
Martins KM et al., 2019 ⁽¹⁵⁾	A importância da imunização: revisão integrativa	Revisão Integrativa	Analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente.	A partir dos estudos analisados, que a as falhas em imunização ocorrem por falta de capacitação nos profissionais, criando um déficit de conhecimento e pouca qualificação do que se sabe.
Slendak M dos S et al., 2021 ⁽¹⁹⁾	A importância da vacinação: a opinião dos pais de crianças de 0 a 5 anos	Estudo, com desenho da pesquisa, descritiva com abordagem quantitativa	A importância da vacinação: a opinião dos pais de crianças de 0 a 5 anos.	O estudo evidenciou um bom nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao processo de vacinação, além da consciência da segurança e eficácia deste método e da importância que ele tem para seus filhos, contribuindo para a melhoria de sua saúde.
Ramos ACL da C et al., 2023 ⁽²⁰⁾	Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública do Brasil	Pesquisa de Metodologia Mista (qualitativa e revisão integrativa)	Avaliar como o movimento antivacina impacta na saúde pública no Brasil através da diminuição da cobertura vacinal.	A ascensão do movimento antivacina é um dos fatores que influenciaram na queda da vacinação no Brasil, a exemplo do sarampo e da febre amarela.

Silva JFG da et al., 2022 ⁽²¹⁾	Paradigmas da adesão vacinal nos 1000 dias de vida: análise e repercussões na saúde pública	Estudo Epidemiológico Analítico	Analisar a cobertura vacinal direcionada às crianças no período dos 1000 dias, entre os anos de 2016 e 2020.	Apesar da importância das vacinas para o controle das doenças infectocontagiosas, percebeu-se a redução de aplicações dos imunobiológicos e o aumento da morbimortalidade, sendo necessária a criação de estratégias para promover a adesão à imunização e a ampliação da cobertura vacinal no Brasil.
Araújo GM et al., 2022 ⁽²²⁾	A importância da vacinação como promoção e prevenção de doenças: uma revisão integrativa	Revisão Integrativa	Apresentar a importância da vacinação como um meio de promoção e prevenção de doenças, e que a não adesão à vacinação pode se tornar um problema de saúde pública.	Embora a vacinação seja o método mais eficiente no combate de doenças infectocontagiosas, ainda existe hesitação na realização do esquema vacinal. Todavia, os profissionais de saúde têm um papel fundamental de levar informação efetiva para a população e realizar estratégias de imunização para aumentar a cobertura vacinal.
Sato APS, 2018 ⁽²³⁾	Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?	Estudo Qualitativo	Apresentar a definição e os fatores relacionados à hesitação vacinal, bem como discutir sua importância no contexto brasileiro.	A queda das coberturas vacinais observadas a partir de 2016 reitera a relevância do tema, que deve ser mais bem compreendido por meio de investigações científicas.
Araújo MCG et al., 2020 ⁽²⁴⁾	Fatores que interferem no cumprimento do calendário vacinal da infância	Pesquisa Descritiva, Exploratória com Abordagem Quantitativa	Analisar quais os fatores que interferem no cumprimento da atualização do calendário vacinal da infância.	Os fatores que levam ao descumprimento podem ser diversos, desde fatores sociais ou relacionados à saúde. Houve um elevado número de crianças fora da faixa etária adequada para a administração do imunobiológico recomendado, o que dificulta, assim, o alcance da cobertura vacinal.

Fonte: Autoras, 2023.

A partir da leitura integral dos artigos científicos realizada pelas autoras, identificaram-se três categorias principais de abordagem do tema, sendo elas: 1) a hesitação vacinal dos pais e/ou responsáveis; 2) atuação dos pais e profissionais de saúde na perspectiva da vacinação; e 3) a cobertura vacinal e o retorno das doenças erradicadas. Os demais autores citados^(5,6,8,12,16,17,18), ao decorrer do artigo, agregaram informações pertencentes ao assunto com intuito de aprimorar a discussão dos artigos encontrados na revisão.

DISCUSSÃO

Hesitação vacinal dos pais e/ou responsáveis

Devemos compreender o valor das vacinas, tanto a nível individual como comunitário, pois elas são necessárias para construção de um ambiente positivo para a imunização, o que é crucial para reduzir a hesitação vacinal. Os autores Nobre⁽¹¹⁾ e Sato⁽²³⁾, em seus estudos, listaram alguns pontos que podem estar relacionados à hesitação vacinal, são eles: 1) a percepção da importância da vacinação (ou falta dela); 2) convicções morais; 3) não concordam ou não acreditam nas vacinas em geral; 4) experiência anterior de vacinação que está relacionada com a acessibilidade e a conveniência aos serviços de vacinação, ou seja, as experiências anteriores com a vacinação e com os serviços de vacinação; 5) experiência anterior de eventos adversos após a vacinação, especialmente em casos de eventos relatados como moderados ou graves; e 6) a baixa escolaridade dos pais, tanto da mãe quanto do pai. Ambos os estudos ressaltaram a importância de uma comunicação clara e assertiva com a população, para que possam manter a confiança no sistema de saúde.

Dentre os principais motivos destacado pelos autores Carolina⁽¹²⁾ e Procianoy⁽¹³⁾, o que leva os pais e/ou responsáveis a não vacinarem os seus filhos podem ser: a negligência, a falta de informação, o medo dos efeitos colaterais graves das vacinas e a desconfiança da ciência médica. Tudo isso aliado à ação dos movimentos antivacinação e a exposição às desinformações, denominadas *fakenews*, veiculadas pelos grupos antivacina que ganham mais espaço no cenário atual do país e influenciam negativamente o processo de tomada de decisão. Isso acontece, também, devido a situações frequentes de desabastecimento de alguns imunizantes, impactando, desta forma, no não alcance das coberturas vacinais preconizadas pelo Ministério da Saúde^(12,13).

Diante desse cenário, segundo Nobre⁽¹¹⁾, fica ainda mais evidente a necessidade de comunicação clara e assertiva para que a população mantenha seu nível de confiança no sistema de saúde local. Além disso, cabe

destacar a importância das atitudes e das ações dos governos em relação à vacinação, bem como a necessidade de combater a desinformação nas redes sociais que ameaçam a saúde pública.

É importante ressaltarmos que além da recusa vacinal, o aumento da circulação de *fakenews* é outro fator importante que também pode ser usado para explicar a queda da cobertura vacinal, alicerçados à baixa disponibilidade dos imunizantes nas salas de vacina^(12,13).

Atuação dos pais e profissionais de saúde na perspectiva da vacinação

A imunização é uma relevante estratégia na diminuição significativa das taxas de morbimortalidade, garantindo proteção da população, seja de forma direta ou indiretamente. Segundo Corrêa⁽¹⁴⁾, são grandes os desafios que os profissionais de saúde, assim como os gestores, precisam enfrentar, de forma conjunta, para superar as atuais demandas da vacinação no Brasil.

O estudo de Martins⁽¹⁵⁾ relata que as falhas na imunização acontecem pela insuficiência na capacitação dos profissionais, oportunizando um déficit de conhecimento e qualificação. Corroborando com essa afirmação, Nobre⁽¹¹⁾ identifica, em seu estudo sobre recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde, sete categorias que interligam as recusas e os motivos da não adesão. Destacamos para esta pesquisa: a hesitação entre profissionais de saúde e os fatores importantes para a decisão dos pais de vacinarem seus filhos. Nesse sentido, no que se refere à hesitação entre profissionais, em torno de 80% da amostra de profissionais de saúde não foi imunizada contra a gripe sazonal, considerando que esses profissionais, em sua maioria, são profissionais que prestam assistência às doenças críticas ou na gestão, no nível terciária da assistência, tal constatação é preocupante.

Segundo Nobre⁽¹¹⁾, os profissionais da saúde ainda são, ou precisam ser, exemplos de formadores de opinião sobre vacinação. Nesta perspectiva, deparar-se com um profissional que apresenta atitudes contraditórias pode transformar completamente a visão das pessoas ou fortalecer a ideia de que a vacinação não é segura, principalmente para aqueles que já apresentam resistência. Ainda de acordo com Nobre⁽¹¹⁾, a confiança e fortalecimento na adesão às vacinas coadunam-se com a assertividade na comunicação com os pacientes. Moraes⁽¹⁶⁾, por seu turno, ressalta que a Enfermagem se responsabiliza por todas as funções na sala de vacina, oferecendo suporte integral ao setor. Assim, é fundamental que nesse momento o profissional retire as dúvidas e assegure aos pais os benefícios da vacina para o seu filho, observando as dificuldades de aceitação por parte dos pais em relação às vacinas, o nível de conhecimento sobre os eventos adversos, suas questões culturais, os tabus religiosos e suas práticas de saúde.

No que se trata dos fatores importantes para a decisão dos pais de vacinarem, a confiança é o indicador mais importante, segundo Nobre⁽¹¹⁾, podendo explicar o desempenho e as condutas de vacinação. Foi colocado em pauta, no mesmo estudo, o quesito do conhecimento dos pais sobre a imunização e a confiança nos profissionais de saúde, podendo-se configurar como possíveis entraves à participação dos pais no processo de vacinação.

Couto¹⁷ relata que os pais são os principais responsáveis pela permissão ou não da vacinação, acreditando que as vacinas podem trazer riscos à saúde de seus pequenos, assim como também evitar sofrimentos de efeitos colaterais. Nobre⁽¹¹⁾ enfatiza que os pais acreditam que é necessário que os imunobiológicos protejam 100% suas crianças. Um dos primeiros passos para se evitar a recusa vacinal e o retorno das doenças já erradicadas é reforçamos, entre os profissionais de saúde, a importância da educação em saúde e dos meios de comunicação, como um processo de sensibilização da população.

Para Abdul⁽¹⁸⁾, a postura dos profissionais é um fator que pode contribuir para o alcance das metas preconizadas pelo Ministério da Saúde, tendo em vista que esses profissionais, particularmente da Enfermagem, possuem as prerrogativas para a aplicação dos imunobiológicos, bem como exercem o papel fundamental de promoção da saúde infantil e prevenção das doenças.

Cobertura vacinal e o retorno das doenças erradicadas

Em um estudo realizado, Slendak⁽¹⁹⁾ identificou uma variação de fatores socioeconômicos e escolares relacionados ao público, com maior e menor número de vacinações. Descrevendo que as variações desses fatores estão diretamente ligadas ao número baixo da cobertura vacinal, o estudo mostra que, independentemente disso, os pais estão resolvendo não vacinar seus filhos, mesmo sendo orientados dos inúmeros benefícios. Apesar do resultado das entrevistas de Slendak⁽¹⁹⁾ mostrarem que os pais não se opõem à vacinação e que consideram um fator de prevenção importante de doenças para saúde dos filhos, além de prevenir outras doenças, ao serem verificados os registros vacinais, constatou-se o atraso na aplicação das vacinas.

Os autores Procianoy⁽¹³⁾, Slendak⁽¹⁹⁾ e Ramos⁽²⁰⁾ enfatizaram que, apesar de todos esses fatores positivos, foi inevitável os casos de esquecimento dos pais em vacinar seus filhos. Há também outros motivos relacionados, como:

a criança está doente, falta de imunobiológicos e os aspectos relacionados à dor, repercutindo negativamente no atraso das vacinas nesse público. É relevante refletir sobre que tipo de informação os profissionais estão repassando ou não ou se ainda estão investindo pouco nas orientações, pois a disseminação sem controle de notícias falsas traz insegurança para os pais.

Em um estudo ecológico realizado por Procianoy⁽¹³⁾, que abrangeu todo o território brasileiro no período de 2013 até 2020 sobre a cobertura vacinal indicada para crianças de até 12 meses de idade, mostrou-se uma queda significativa do número de crianças não vacinadas, bem como o não cumprimento da meta anual. O estudo considerou o Calendário Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde, sendo a população analisada de acordo com o Sistema de Avaliação do Programa de Imunizações. Corroborou-se com os estudos apresentados, a partir do Observatório da Atenção Primária à Saúde e da OMS, a queda dos índices das médias nacionais em relação à cobertura vacinal e a recomendação de alcance das metas para controle e erradicação das doenças^(5,6).

Ainda segundo Procianoy⁽¹³⁾, os principais motivos para se evitar a vacinação, mesmo antes da COVID-19, foram: negligência; falta de informação e medo de efeitos colaterais graves. A esses aspectos, foram somadas a ação dos movimentos antivacinação nas redes sociais e a desconfiança da ciência médica.

O estudo realizado por Silva⁽²¹⁾ enfatiza que esse decréscimo já vinha acontecendo ao longo dos anos, contudo, devido aos surtos de sarampo (doença já erradicada), houve uma maior visibilidade em relação à redução gradual da cobertura vacinal. Desta forma, a ameaça de outras doenças, que poderiam ser evitadas por meio das vacinas, ressurgiu e colocou em risco não apenas as crianças, mas toda uma sociedade. Os motivos relatados neste estudo corroboram com os motivos já mencionados por Procianoy⁽¹³⁾, como a propagação de notícias falsas nas mídias digitais, trazendo dúvidas sobre a segurança das vacinas, resultando na recusa e hesitação em vacinar.

O contexto da COVID-19, para Procianoy⁽¹³⁾ e Silva⁽²¹⁾, também estabeleceu desafios na vacinação, ao fato de que foram despertados e vivenciados pela população sentimentos como o medo e insegurança, principalmente devido ao isolamento e distanciamento social, além da pressão constante de ter que se cuidar e se proteger para não contrair a doença. Como consequência, as unidades de saúde ficaram mais diretamente voltadas para o enfrentamento da COVID-19, por ser algo que demandava mais atenção na época⁽⁶⁾.

Ainda segundo Procianoy⁽¹³⁾ e Silva⁽²¹⁾, estratégias foram utilizadas pelo Ministério da Saúde no intuito de fortalecer a vacinação, como a ampliação das campanhas de multivacinação⁽⁶⁾, ampliação do acesso e disponibilidade dos imunobiológicos e aplicação no maior número de pessoas, para alcançar e melhorar as metas. Foi sugerido por Araújo⁽²²⁾ a ampliação do horário de funcionamento, bem como o aproveitamento dos momentos de atendimento para oportunizar a vacinação e esclarecer os inúmeros benefícios acerca da imunização.

Para além do que citado anteriormente por Silva⁽²¹⁾ e Araújo^(22,24) como uma estratégia de melhoria na vacinação, segundo o estudo, foi sugerida a aplicação extramuros – nos momentos de visita domiciliar – e o acompanhamento das áreas de difícil acesso, oportunizando que essas pessoas também sejam contempladas, seguindo o princípio da equidade. A vacinação infantil deve ser vista como prioridade, por se tratar de uma ação que repercutirá por toda a infância e vida adulta, sendo uma forma eficaz de prevenir, controlar e minimizar diversas doenças.

CONCLUSÃO

A vacina proporciona proteção individual e imunidade comunitária e coletiva, por meio da erradicação de diversas patologias potencialmente fatais. A revisão integrativa realizada trouxe a compreensão dos motivos que levam os pais e/ou responsáveis a hesitarem em vacinar os seus filhos, dentre eles destacamos: a negligência, falta de informação e medo de efeitos colaterais graves. Com isso, além dos resultados encontrados aliados à ação dos movimentos antivacinação nas redes sociais e à desconfiança sobre a ciência médica, há também a insegurança e os sentimentos de medo, principalmente durante e pós-pandemia, por despertar sentimentos vivenciados na população.

Pode-se concluir também que a participação do profissional da saúde na dinâmica da vacinação foi relevante nesse processo, pois promoveu orientações relevantes aos pais, deixando-os informados e reforçando a ideia de que a vacinação é confiável, principalmente para aqueles pais que estão inseguros em vacinar os seus filhos. Além disso, o profissional da saúde, por meio do vínculo que possuem com a comunidade, mostrou-se ser um fator que favoreceu a não hesitação vacinal.

Considerando isso, precisamos constantemente preparar os profissionais da saúde por meio da educação permanente, visando uma atualização acerca do calendário vacinal e produção das estratégias para o manejo no cuidado ao paciente. Quando amparamos e capacitamos os profissionais de informações, promovemos uma saúde de maneira mais eficaz, garantindo o cuidado ao público desejado e alcançando as finalidades das ações voltadas a vacinação.

Considera-se que a gestão junto aos profissionais seja capaz de desenvolver estratégias de orientação e sensibilização para a sociedade, focando na importância da vacinação e promovendo o Programa Nacional de Imunização, mundialmente reconhecido como um método potente na erradicação de doenças. Da mesma forma, por meio de divulgações, espera-se que haja uma desmistificação das falas ideias sobre os efeitos indesejados que a vacinação pode causar.

Portanto, observamos, por meio desta revisão, a necessidade de mais pesquisas sobre essa temática, para o alcance sistemático de melhorias na assistência à saúde voltada à vacinação. Por meio dos estudos, portanto, podemos garantir uma população informada e pessoas mais conscientes, que entendam e compreendam a relevância da vacinação, atingindo, então, o objetivo de eliminar definitivamente as doenças já erradicadas.

AGRADECIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSE

Agradecemos a Professora Doutora Roberlandia Evangelista Lopes Ávila por oportunizar a construção desse artigo por meio da disciplina Promoção da Saúde no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Saúde da Família. Não há conflitos de interesse.

CONTRIBUIÇÕES

Suênia Évelyn Simplício Teixeira contribuiu na redação e revisão do manuscrito. **Roberlandia Evangelista Lopes Ávila, Roberta Cavalcante Muniz Lira e Maristela Inês Osawa Vasconcelos** contribuíram na revisão do manuscrito. **Juliana Solon Furtado e Anagelma Moreira Aguiar** contribuíram na elaboração, delineamento do estudo, aquisição, análise e interpretação de dados.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Não houve fonte de financiamento.

REFERÊNCIAS

1. Gama F, Leal L. Programa Nacional de Imunizações completa 50 anos. Conheça formações do CVF ligados à vacinação [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz Campus Virtual; 2023 [citado 7 jul 2022]. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/72398>
2. Brasil. Decreto nº 78.231, de 12 de agosto de 1976. Regulamenta a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]. 1976 Ago 13; (col.1): p. 10731. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d78231.htm
3. Brasil. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, Estabelece Normas Relativas à Notificação Compulsória de Doenças, e dá outras Providências. Diário Oficial da União [Internet]. 1975 Out. 31; (col. 1): p. 14433. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sul/husm-ufsm/governanca/superintendencia/setor-de-gestao-da-qualidade/nveh/legislacao/lei_6259.pdf/view
4. Ministério da Saúde (BR). Programa Nacional de Imunizações [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023 [citado 7 jul 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pni>
5. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]. 1990 Set 20: p.18055. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm
6. Albuquerque F. Brasil atingiu em 2021 menor cobertura vacinal em 20 anos [Internet]. São Luís: Agência Brasil; 04 ago 2023 [citado 2024 ago 21]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/brasil-atingiu-em-2021-menor-cobertura-vacinal-em-20-anos>

7. Braz RM, Domingues CMAS, Teixeira AM da S, Luna EJ de A. Classificação de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis a partir de indicadores de coberturas vacinais nos municípios brasileiros. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2016[citado 2024 ago 21];25(4):745–54. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000400745
8. Barbieri CLA, Couto MT, Aith FMA. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2017[citado 2024 ago 21];33(2):1-11. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2017.v33n2/e00173315/pt>
9. Escola de Enfermagem UFMG. Taxa de vacinação cai em todo o mundo devido à pandemia de coronavírus [Internet]. Belo Horizonte: UFMG; 2024 [citado 2024 ago 21]. Disponível em: <http://www.enf.ufmg.br/index.php/noticias/1907-taxa-de-vacinacao-cai-em-todo-o-mundo-devido-a-pandemia-de-coronavirus>
10. Dal K, Cristina R, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2008[citado 2024 ago 21];17(4):758–64. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>
11. Nobre R, Guerra LD da S, Carnut L. Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos. *Saúde em Debate* [Internet]. 2022 [cited 2022 May 29]; 46:303–21. Available from: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46nspe1/303-321/pt/>
12. Carolina A, Beatriz, Emily J, Jessica Dias Petrilli, Nunes G. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. 2023;47(1):210–26.
13. Procianoy GS, Rossini F Junior, Lied AF, Jung LFPP, Souza MCSC de. Impacto da pandemia do COVID-19 na vacinação de crianças de até um ano de idade: um estudo ecológico. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2022;27(3):969–78.
14. Corrêa SMC, Vasconcelos PF, Passos JS, Marques VG, Tanajura NPM, Nascimento DR, et al. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 2021;13(3):1-7.
15. Martins KM, Santos WL dos, Álvares A da CM. A importância da imunização: revisão integrativa [Internet]. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*. 2019[citado 29 maio 2022];2(2):96–101. Disponível em: <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/153>
16. Moraes JC de, Ribeiro MCS de A. Desigualdades sociais e cobertura vacinal: uso de inquéritos domiciliares. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2008;11 (supl 1):113–24.
17. Couto MT, Barbieri CLA. Cuidar e (não) vacinar no contexto de famílias de alta renda e escolaridade em São Paulo, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2015;20 (1):105–14.
18. Abud SM, Gaíva MAM. Análise do preenchimento dos dados de imunização da caderneta de saúde da criança. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2014;16 (1): 61-67.
19. Slendak M dos S, Camargo MEB de, Burg MR. The importance of vaccination: a child parent's opinion from 0 to 5 years. *Brazilian Journal of Health Review* [Internet]. 2021[citado 29 maio 2022];4(4):18420–32. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n4-311>
20. Ramos ACL da C, Pacheco B de AB, Sousa JEA, Petrilli JD, Costa GN de O. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*. 2023;47(1):210–226.
21. Silva JFG da, Silva JB de O, Alves LRC, Sousa MI de P, Villela EF de M, Oliveira FM de, et al. Paradigmas da adesão vacinal nos 1000 dias de vida: análise e repercussões na saúde pública. *Boletim Epidemiológico Paulista*. 2022;19(217):1–19.
22. Araújo GM, Silva DCG da, Carneiro TA, Neves WC, Barbosa J de SP. A importância da vacinação como promoção e prevenção de doenças: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*. 2022;19:1-10.
23. Sato APS. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil? *Rev Saúde Pública (Online)* [Internet]. 2018 [cited 2024 Aug 20]:52:96–6. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-979020>

24. Araújo MCG, Silva LF da, Balduino LS, Porto TNR dos S, Martins V de S, Carvalho DP, et al. Fatores que interferem no cumprimento do calendário vacinal na infância. Revista Eletrônica Acervo Saúde. 2020;(42):1-10.

Endereço primeira autora e correspondência

Suênia Evelyn Simplício Teixeira
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. Cmte. Maurocélia Rocha Pontes, 100
Bairro: Derby Clube
CEP: 62.042-250 / Sobral (CE) - Brasil
E-mail: suenia.evelyn@gmail.com

Como citar: Teixeira SES, Ávila REL, Furtado JS, Lira RCM, Aguiar AM, Vasconcelos MIO. O programa nacional de imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa. Rev Bras Promoç Saúde. 2024;37:14840
